



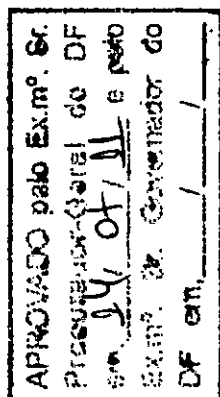
**DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**PARECER Nº. 483/2011-PROCAD/PGDF**

**PROCESSO Nº: 090.000.657/2010**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE/DF**

**ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS – EMPRÉSTIMO BIRD**

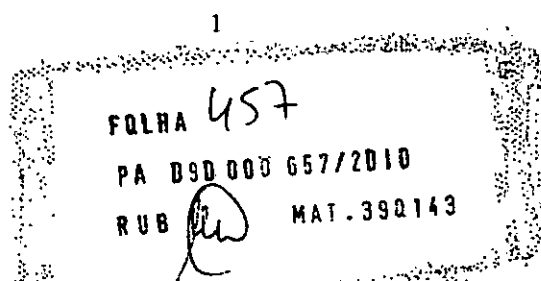


**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. EDITAL DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA. CONSULTORIA TÉCNICA. ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1.957-OC-BR. BANCO INTERAMERICANO - BID. ELABORAÇÃO DA LISTA CURTA.

- Na hipótese dos autos, por força do Contrato de Empréstimo n. 1.957-OC-BR serão utilizadas as normas constantes da GN 2350-7, que tratam de políticas para Contratação e Seleção de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

- Faltou à instrução dos autos a apresentação da Lista Curta, a qual deverá ser elaborada mediante Aviso de Manifestação de Interesse, com ampla publicidade, em obediências aos princípios norteadores da licitação e as normas de regência do BID.

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria  
Administrativa,



## **I – Relatório.**

Trata-se de consulta encaminhada pela Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, acerca de licitação (Solicitação de Proposta) vinculada ao Contrato de Empréstimo 1.957/OC-BR - BID, visando à contratação de serviços de consultoria para a elaboração e execução do Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental do Programa de Transporte Urbana do Distrito Federal - PTU/ST/DF, no valor estimado de R\$ 1.006.000,00 (um milhão e seis mil reais).

A presente solicitação de propostas - SDP n.º 002/2010 segue o método SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e Custo, de acordo com o modelo padrão do BID, bem como as normas constantes das GN 2350-7, que trata das políticas para Contratação e Seleção de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Inicialmente, destacamos que mediante o ofício n.º 214/2010-UGP/ST, datada de 19/10/2010, o presente procedimento foi encaminhado ao BID com a minuta da Solicitação de Propostas; do Contrato Padrão; e do Termo de Referência para análise e manifestação (fls. 03).

Assim, em expediente datado de 16/12/2010 inserto às fls. 117, o Banco Interamericano de Desenvolvimento manifestou-se no sentido de conceder a sua “não-objeção” ao referido edital, sugerindo a continuidade do processo de licitação.

Nesta ocasião, foi informado que havia disponibilidade orçamentária para custear as despesas na Unidade orçamentária: 26101; Fonte de Recurso: 100/136, Programas de Trabalho: 26.78.025015750002; Elementos de Despesa: 449035, bem como Declaração nos termos do art. 16, I e II da Lei Complementar n.º 101/2000, consoante expedientes de fls. 119 e 120, respectivamente, referente ao exercício de 2010.

Instruem os autos os seguintes documentos: a) cópia do Contrato de Empréstimo n.º 1.957/OC-BR, firmado entre o Distrito Federal (denominado: Mutuário) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

(denominado: Banco), composto pelas Disposições Especiais, Normas Gerais e os Anexos A (Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal) e B (Utilização da modalidade de Pregão Eletrônico, da Ata de Registro de Preços e do Pregão Presencial), fls.123/147; b) Contrato de Garantia, celebrado entre a União (República Federativa do Brasil) e o BID, fls. 148/150; c) Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, fls. 151/194; d) Orçamento Estimativo para a Contratação da Elaboração e Execução do Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental, incluindo propostas e documentação de empresas do ramo, fls. 195/255; e) termo de referência, fls. 256/309; f) ato constitutivo da Comissão de Licitação para licitação nacional do Edital SDP n.º 002/2010-PTU/ST/DF, para contratação de consultoria, fls. 321 e fls. 450.

Ocorre, que em fevereiro do corrente ano, através do Ofício n.º 30/2011-UGP/ST (fls. 322) foi encaminhado ao BID, novo modelo de Edital para Contratação dos Serviços de Execução do Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, mediante o método de Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC), conforme minuta de fls. 324/446.

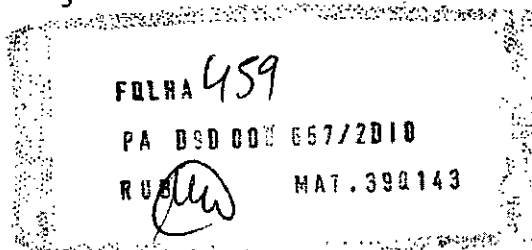
Dessa forma, novamente o BID manifestou-se pela “não-objeção”, com a recomendação que se dê continuidade ao processo licitatório, segundo expediente de fls. 447.

Às fls. 451/453 o Excelentíssimo Senhor Coordenador-Executivo da Unidade de gerenciamento do Programa de Programa de Transporte Urbano/ST exarou despacho motivado, no qual sugere o envio dos autos a esta Casa.

Despacho de encaminhamento dos autos a esta Casa, pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transporte do Distrito Federal, fls. 454.

Assim, os autos vieram encaminhados a esta Especializada, para análise e Parecer.

É o relatório.



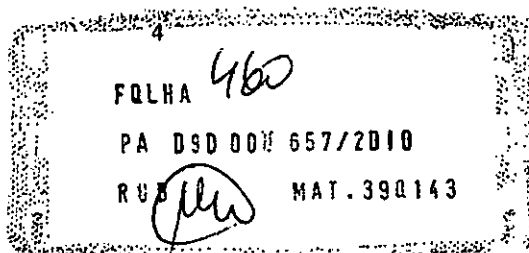
## II – Fundamentação.

De efeito, a matéria *sub examine*, licitação com recursos estrangeiros enquadra-se na previsão legal do §5º do art. 42 da Lei nº 8.666/93, o qual disciplina a questão de licitações procedidas com recursos internacionais. Confira-se:

“Art. 42 - (...)

§5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira, organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimento daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.”

Como se depreende da simples leitura da norma supra, conclui-se que o nosso ordenamento pátrio autoriza, em hipótese excepcional que sejam afastadas as regras estabelecidas na Lei nº. 8.666/93, quando da utilização de recursos estrangeiros, desde que sejam observadas as normas brasileiras nas questões a ela afetas, máxime considerando o princípio do julgamento objetivo e despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho, o qual deverá ser ratificado pela autoridade imediatamente superior.



Nesse sentido contrapõe Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, analisando a problemática aplicada às licitações com recursos de organismos internacionais:

“Tenha-se em vista que a obtenção de recursos de origem estrangeira não autoriza ignorar a ordem jurídica interna, especialmente no tocante a princípios fundamentais consagrados na Constituição. Nem se pode suprimir a independência nacional, a pretexto de captar recursos no estrangeiro, nem cabe imaginar que a origem dos recursos afastaria o princípio do Estado de Direito. Ou seja, a atividade administrativa do Estado continua a submeter-se a princípios fundamentais, mesmo quando envolver a aplicação de recursos provenientes do estrangeiro.

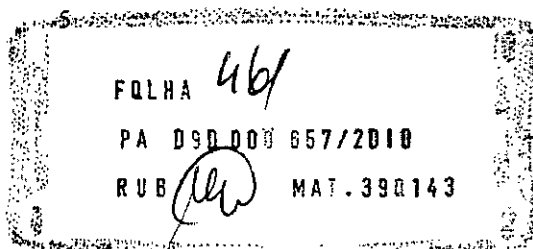
(...)

Na medida em que esses organismos tenham previstos critérios específicos de julgamento das propostas, será possível escapar ao modelo da Lei nº 8.666/93, desde que o edital dispusesse minuciosamente sobre o tema. Isso não significa, obviamente, autorização para superarem-se os princípios norteadores da atividade da Administração Pública. Quanto a isso, nem a própria Constituição Federal poderia promover uma renúncia incompatível com o princípio da República. O art. 42, § 5º, significa que as regras acerca de procedimento licitatório, prazos, formas de publicação, tipos de licitação, critérios de julgamento, etc. podem ser alteradas. Não é possível eliminar os princípios inerentes à atividade administrativa (inclusive aqueles relacionados a direitos dos licitantes), mas podem ser adotadas outras opções procedimentais e praxísticas”.

“A observância das normas do organismo internacional não dispensa o gestor nacional de zelar pela aplicação da norma brasileira nas questões a ela afetas.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo: Dialética, 2005, 11ª ed. pág.412/313.

<sup>2</sup> PEREIRA Junior, Jessé Torres, Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Renovar, 7ª edição. 2007, p.512



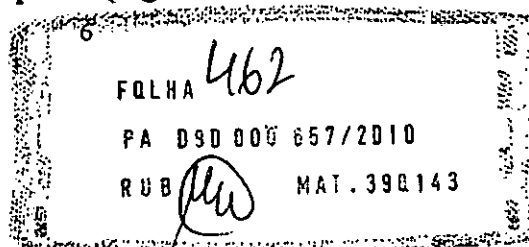
Assim, à luz da Lei n. 8.666/93 há necessidade de apresentação dos recursos orçamentários que custearão as despesas, porquanto se não houver recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes dos serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, não pode ser instaurado o processo licitatório (art.7º, §2º, III). Bem assim, devem ser apresentadas: a declaração do ordenador de despesas acerca da compatibilidade do gasto com a LOA, LDO, PPA) e a correspondente estimativa de impacto orçamentário financeiro, conforme as prescrições do art.16, I e II, da LRF.

Imperioso analisar se o Contrato de Empréstimo nº 1. 957/OC-BR-BID estabeleceu como condição da celebração, a adoção de norma diversa da lei de Licitações e Contratos. Se o Contrato em espécie estabeleceu como condição a aplicação de normas diversas, essas devem se compatíveis com a legislação brasileira, e não podem ultrapassar os limites relacionados com a soberania nacional e os princípios fundamentais não afastáveis.

As "Políticas de Consultores" prevê a Seleção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco mediante vários procedimentos: Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC); Baseada na Qualidade (SBQ); Seleção com Orçamento Fixo (SOF); Seleção Baseada no Menor Custo (SBMC); Seleção Baseada na Qualificação do Consultor (SQC); Contratação Direta (CD); Práticas Comerciais e Seleção de Tipos Especiais de Consultores (fls. 151/194).

O presente procedimento de seleção tem como fundamento a modalidade: Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC), conforme se depreende do item 4 do presente edital - da Carta de Solicitação de Propostas (fls. 324/446).

Nessa esteira de raciocínio, ainda que a Administração deva submeter-se as normas do Banco poderá a Administração Pública utilizar-se da Lei nº. 8.666/93 como norma subsidiária, naquilo em que não conflitar com as diretrizes traçadas pelo Contrato de Empréstimo, bem como aplicar seus princípios (legalidade, moralidade, eficiência,



impessoalidade e publicidade). Precedentes da Casa: Parecer n.º. 790/2007-PROCAD-PGDF.

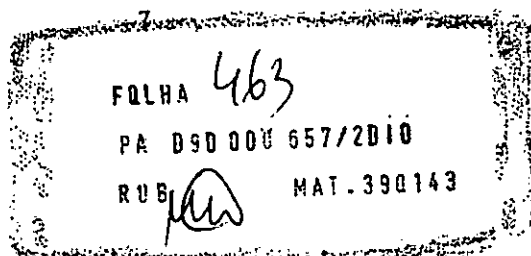
A minuta de Carta de Solicitação de Propostas inserta às fls. 324/446 está instruída com os seguintes documentos:

- a) Carta de Solicitação de Propostas;
- b) Instruções às Empresas de Consultoria (incluindo a Folha de Dados);
- c) Proposta Técnica: Formulário Padrão;
- d) Proposta de Preço: Formulário padrão;
- e) Termo de Referência;
- f) Contrato Padrão;
- g) Países Elegíveis.

Segundo ofício n.º 30/2011-UGP/ST, de 1º de março de 2011, fls. 322, a minuta da Carta de Solicitação de Propostas, da qual fazem partes os documentos acima transcritos, foram submetidos ao crivo do Banco, a qual recebeu a “não-objeção”, conforme expediente de fls. 447, “com recomendação que se dê continuidade ao processo licitatório”, visando à formação da Lista Curta.

O Contrato de Empréstimo n. 1.957/OC-BR prevê no Capítulo IV - Execução do Programa -, Cláusula 4.04 (Contratação e seleção de consultores), que a contratação de consultores deverá ser efetuada de acordo com as normas estabelecidas no Documento GN-2350-7 (Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento), datada de julho de 2006, denominada “Políticas de Consultores”, bem como pela Seleção Baseada na Qualidade e no Custo – SBQC- fls. 127-verso.

Por sua vez o procedimento de contratação mediante Seleção Baseada na Qualidade e Custo (SBQC), nos termos das “Políticas de Consultores” prevê no item II - Seleção Baseada na Qualidade e Custo -, as seguintes etapas (fls. 165):

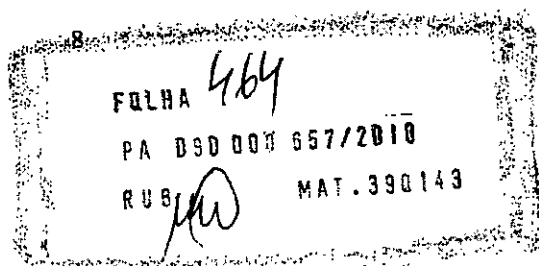


- a) elaboração do Termo de Referência e (TDR);
- b) preparação da estimativa de custo e orçamento;
- c) publicidade;
- d) elaboração da lista curta de consultores;
- e) elaboração e envio da Solicitação de Proposta (SDP) [que deve incluir: Carta de Solicitação de Proposta (CSP); Instruções aos Consultores (IAC); Termo de Referência (TDR) e minuta de contrato-proposta];
- f) recebimento das propostas;
- g) avaliação das propostas técnicas: exame da qualidade;
- h) abertura da proposta financeira;
- i) avaliação da proposta financeira;
- j) avaliação final de qualidade e custo;
- k) negociações e adjudicação do contrato à empresa selecionada.

Assim a Seleção Baseada na Qualidade e Custo - SBQC adota um procedimento competitivo que leva em consideração a qualidade da proposta e o custo dos serviços.

Ocorre, que as normas do Apêndice 1 - Revisão pelo Banco da Seleção de Consultores -, das Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano prevê que "o Mutuário, antes de solicitar propostas, submeterá à revisão e "não objeção" do Banco, o custo estimado e a proposta - SDP (incluindo a lista curta), procedendo às modificações à lista curta e aos documentos razoavelmente solicitados pelo Banco. Quaisquer outras modificações estarão subordinadas à prévia "não objeção" do Banco, antes do envio da SDP aos consultores constantes da lista curta" (fls. 185).

Assim, a primeira etapa é a elaboração do Termo de Referência, o qual na espécie foi elaborado, conforme fls. 385/414.





A segunda etapa refere-se à estimativa de custo e do orçamento, a qual está inserta às fls. 198/205.

De certo, que a Administração deverá observar os regulamentos do Banco quando da promoção dos procedimentos de seleção, mas sempre considerada a legislação brasileira. Assim, para aferição de preços, um orçamento detalhado que contivesse a composição dos custos unitários envolvidos, nos termos do art. 7º, §2º, II, da Lei n.º 8.666/93, não fere nenhum documento acostado aos autos referente às normas de procedimentos do Banco.

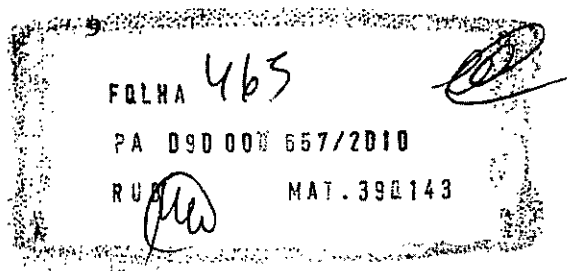
Ademais, o item 2.4 das "Políticas dos Consultores" (fls. 166) determina que "a elaboração de uma estimativa de custo cuidadosa é essencial para a distribuição realista de recursos alocados". Assim, os preços praticados devem traduzir a realidade do mercado.

A terceira etapa diz respeito à publicidade a fim de preparar a Lista Curta, nos termos do item 2.5 das "políticas de Consultores" (fls. 166), o qual prevê minuta de Aviso Geral de Aquisições que deverá ser submetida ao BID (fls. 166).

A quarta etapa é a preparação da Lista Curta de consultores, que deve ser preparada pelo Mutuário, a qual após receber "não objeção" do Banco, não poderá modificá-la sem a sua aprovação. Na espécie, ainda não foi elaborada a Lista Curta.

A Quinta etapa refere-se à Elaboração e Distribuição de Solicitação de Propostas (SDP), o qual deverá incluir: a) Carta de Solicitação de Proposta; b) Instruções aos Consultores; c) Termo de Referência - TDR e a d) minuta do contrato proposto (fls. 168).

Deste modo, foi elaborada a minuta de Solicitação de Propostas às fls. 324/446, incluindo, os seguintes documentos: Seção 1 - Carta de Solicitação de Propostas; Seção 2 - Instruções às Empresas de Consultorias (incluindo Folha de Dados); Seção 3 - Proposta Técnica: Formulário Padrão; Seção 4 - Proposta de Preços: Formulário Padrão; Seção 5



- Termo de Referência; Seção 6 - Contrato Padrão; e Seção 7 - Países Elegíveis. Todavia, registramos que no momento estamos analisando procedimento visando à formação da lista curta.

“A carta contendo a Solicitação de Propostas anunciará a intenção do Mutuário no sentido de contratar o fornecimento de serviços de consultoria, a fonte dos recursos, os detalhes a respeito do cliente, e a data, hora e endereço da entrega das propostas” (item 2.10, das “Políticas de Consultores”, fls. 168).

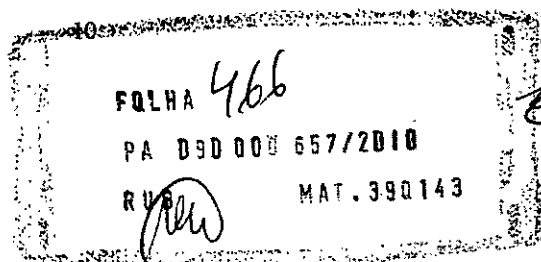
A sexta etapa do processo de seleção e as demais em diante dizem respeito às fases posteriores à Carta: recebimento das propostas; avaliação das propostas técnicas: exame da qualidade; abertura pública das propostas financeira; avaliação final da qualidade e do custo e negociação e outorga do contrato à empresa selecionada.

Assim, segundo Ofício n.º 30/2011-UGP/ST endereçado ao BID, o presente procedimento visa à concretização da quarta fase, ou seja, confecção da Lista Curta.

Dessa forma antecedem à elaboração da Lista Curta os seguintes passos:

a) a elaboração do Termo de Referência - elaborado às fls. 385/414. Todavia, o Termo de referência (projeto básico) deve ser subscrito pelos seus respectivos autores e submetido à aprovação da autoridade competente, nos termos do art. 7º, § 2º I, da Lei n. 8.666/93, bem como item 2.4 da “Políticas de Consultores”, fls. 166.

b) preparação da estimativa de custo e orçamento - o orçamento estimado para a contratação da elaboração e execução do Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiente foi apresentado às fls. 195/205, devendo ser detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (art. 7º, §2º, II, Lei n. 8.666/93).



c) publicidade - deverá ocorrer visando à preparação da Lista Curta, nos termos do item 2.5 das "Políticas de Consultores", fls. 166: "o Mutuário deverá incluir, no Aviso Geral de Aquisições, a relação dos serviços de consultoria esperados e, também, deverá publicar um Aviso Específico de Aquisição, solicitando manifestação de interesse para cada contrato de empresas consultoras em jornal de circulação nacional no país do Mutuário ou diário oficial nacional (se disponível na *Internet*) ou um portal eletrônico de acesso gratuito". " No mínimo 14 dias, contados da data de publicação no UNDB *online*, deverão ser dados para a elaboração das resposta, antes da preparação da lista curta".

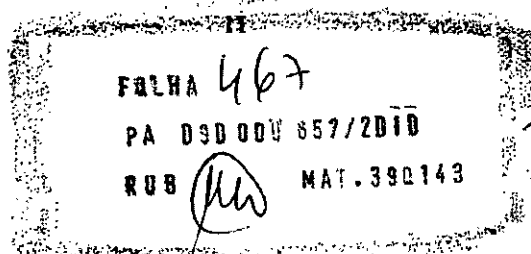
Assim, perfilhando o roteiro traçado para o Processo de Seleção pelas normas relativas às "Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano", visando à formação da Lista Curta, constatamos a necessidade da aprovação do Termo de Referência; e inclusão da estimativa do custo e orçamento; e publicidade, com a elaboração da Lista Curta orientada pelos princípios da licitação, em especial a isonomia, competitividade, legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e julgamento objetivo.

Segundo o item 2.6 das "Políticas de Consultores": "O Mutuário é responsável pela elaboração da lista curta. O Mutuário deverá considerar inicialmente as empresas que, tendo manifestado interesse, possuam as qualificações necessárias".

Em síntese a primeira etapa dos Serviços de Consultoria deverá seguir inicialmente a formulação do Termo de Referência; Orçamento estimado, e publicação do Aviso de Manifestação de Interesse, visando à formação da Lista Curta.

Dessa forma, sugerimos a elaboração de minuta de Aviso de Manifestação de Interesse, com escopo de formação da Lista Curta.

Quanto à Carta Solicitação de Propostas relativa ao processo de Seleção Básica Qualidade e Custo inserta às fls. 324/446, a qual será endereçada aos consultores previamente selecionado na Lista Curta e



após a “não-objeção” do Banco, recomendamos a exclusão do vocábulo “Governo” da expressão “Governo do Distrito Federal”, uma vez que o mutuário é a pessoa jurídica de direito público interno “Distrito Federal”.


Igualmente, recomenda-se a previsão da rubrica orçamentária em obediência ao disposto no item 2.10, das “Políticas de Consultores”, fls. 168, bem como em atendimento as normas inseridas na Lei n.º 8.666/93 (art. 7º, §2º, III).

### **III – Conclusão.**

Ante o exposto, o presente parecer é no sentido de conferir prosseguimento o presente procedimento, com escopo de formação da Lista Curta, com a elaboração da minuta de Aviso de Manifestação de Interesse, o qual deverá ser conferido ampla publicidade, em obediência às normas de licitação quanto à publicidade, bem com as normas do Banco, item 2.5 das “Políticas de Consultores”, fls. 166.

À superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília-DF, 04 de julho de 2011.

  
**Maria Cecília Faro Ribeiro**  
Procuradora do Distrito Federal

FOLHA 468

PA DSD 000 657.2010

RUB

MAI. 390.1.3



DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO Nº: 090.000.657/2010  
INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal  
ASSUNTO: Contrato de Empréstimo Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

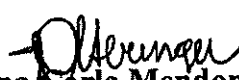
Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cuida-se de consulta encaminhada pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, solicitando análise jurídico-formal da minuta de licitação vinculada ao Contrato de Empréstimo nº 1.957/OC/BR-BID, visando à contratação de serviços de consultoria para a elaboração e execução do Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/ST/DF, no valor estimado de R\$ 1.006.000,00 (um milhão e seis mil reais).

Designada para emissão de parecer, a ilustre **Procuradora do Distrito Federal Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Faro Ribeiro**, com lastro nos diplomas legais que regem a matéria, opinou pela viabilidade do prosseguimento do procedimento licitatório em questão, condicionado à observância das considerações perfilhadas no bojo de sua manifestação.

Por concordar com as conclusões alcançadas pela i. Procuradora, submeto à apreciação de Vossa Excelência o **Parecer nº 483/2011-PROCAD/PGDF**, o qual **aprovo** por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Brasília, 05 de julho de 2011.

  
**Janaína Carla Mendonça Heringer**  
Procuradora-Chefe em Substituição  
Procuradoria Administrativa

EPS

FOLHA

PA 090 000 657/2010

RUB

MAT. 390143



DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 090.000.657/2010  
INTERESSADO: Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal  
ASSUNTO: Contrato de empréstimo externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

**APROVO O PARECER Nº 0483/2011 – PROCAD/PGDF**, exarado pela ilustre Procuradora do Distrito Federal **MARIA CECÍLIA FARO RIBEIRO**, bem como a cota de fl. 469, subscrita pela eminente Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria Administrativa – PROCAD, **JANAÍNA CARLA MENDONÇA HERINGER**.

Ressalto que a autoridade administrativa deverá zelar pela correta condução do processo administrativo submetido a exame, sendo de sua inteira responsabilidade a observância às normas legais de regência e às recomendações constantes do opinativo.

Por fim, considerando o teor do pronunciamento desta Procuradoria, recomenda-se que, após a implementação das observações apontadas, haja manifestação da respectiva Assessoria Jurídico-Legislativa, em despacho no qual deva versar, exclusivamente, sobre o atendimento, ou não, da manifestação desta Casa, ressaltando-se, em todo caso, a possibilidade de nova manifestação do órgão central do Sistema Jurídico do Distrito Federal, caso subsista dúvida jurídica específica.

Restituam-se os autos à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Em 14,7 /2011.

  
**LEANDRO ZANNONI APOLINÁRIO DE ALENCAR**  
Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal

Folha nº:	471
Processo nº:	090.000.657/2010
Rubrica:	ML
Assinatura:	33754.7